

Eleições 2024

Lula pede voto em Boulos em ato esvaziado do 1º de maio; lei eleitoral veda

Adversários dizem que vão acionar a Justiça; EBC removeu de canal oficial no YouTube transmissão com fala do presidente

HEITOR MAZZOCO
JULIANO GALISI
SÃO PAULO
WESLEY GALZO
BRASILIA

Um evento esvaziado (leia mais ao lado), organizado pelas centrais sindicais em São Paulo para marcar o 1º de Maio, tornou-se palco explícito de campanha eleitoral antecipada. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu votos e chamou de candidato o ainda pré-candidato a Prefeitura Guilherme Boulos (PSOL), que estava a seu lado, num palanque no estádio do Corinthians, na zona leste. O pedido é vedado pela legislação eleitoral. Além disso, participantes do evento receberam panfletos contrários ao atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), que é pré-candidato à reeleição.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) apagou de seu canal oficial no YouTube a transmissão do evento. Adversários anunciaram que irão à Justiça contra o presidente e o pré-candidato do PSOL.

No palco, Lula se antecipou ao chamar Boulos de candida-

to: o período de convenções e registros de candidatura só se abrirá em julho. “Ninguém derrotará esse moço aqui se vocês votarem no Boulos para prefeito de São Paulo nas próximas eleições. E eu vou fazer um apelo: cada pessoa que votou no Lula em 1989, em 1994, em 1998, em 2006, em 2010 e em 2022, tem que votar no Boulos para prefeito de São Paulo.”

O pedido explícito de votos a um pré-candidato é proibido pela Lei das Eleições. O artigo 36-A diz que não configura propaganda eleitoral antecipada “a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos”. No entanto, reforça que isso só é permitido “desde que não envolvam pedido explícito de voto”. Em geral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pune com multa o descumprimento da regra.

“Indubitável que houve pedido explícito. Configura campanha extemporânea”, explicou Rodrigo Cândido Nunes, advogado e especialista em direito eleitoral.

MULTA. Segundo Vânia Aieta, coordenadora-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, o presidente pode ser multado com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil. “O presidente pede votos. Boulos não pediu, mas o presidente pede, e o Boulos é benefi-



Boulos e o presidente Lula na celebração do dia 1º de Maio, no estacionamento da Neo Química Arena

Presidente diz que ato foi 'mal convocado' e cobra ministro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou incômodo com a mobilização para o ato do 1º de Maio. Segundo ele, a convocação para o evento não foi feita como deveria, o que reduziu o público. No palco, ao apresentar seus ministros, ele disse que tratou do assunto com Márcio Macedo, titular da Secretaria-Geral da Presidência, “Ele (Márcio Macedo) é responsável pelo movimento social brasileiro. Não pense que vai ficar assim. Vocês sabem que ontem eu conversei com ele sobre esse ato e eu disse: ‘Ó Márcio, o ato está mal convocado. Nós não fizemos o esforço necessário para levar a quantidade de gente que era preciso levar’”, disse Lula, para uma plateia reduzida no estádio do Corinthians. Os organizadores não estimaram o público. ● RICARDO CORREA

ciário do pedido, pois estavam no palanque. Pode ser considerado propaganda antecipada sujeita a multa”, disse.

IMPOSTO DE RENDA. No evento, Lula sancionou ontem o reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) – a medida tem forte apelo popular. A lei altera os valores da tabela progressiva mensal, estendendo a faixa de isenção para quem ganha até dois salários mínimos ou R\$ 2.824. Os novos valores já estavam em vigor desde o início de fevereiro, quando a Medida Provisória sobre o tema foi editada pelo presidente.

Adversários de Boulos reclamaram do pedido de voto. Em nota, o MDB, partido de Nunes, informou que vai “promover uma ação na Justiça Eleitoral, buscando a aplicação de multa” ao presidente e ao pré-candidato a prefeito pelo PSOL por propaganda eleitoral antecipada.

O partido diz, ainda, que “pedirá ao Ministério Público a abertura de inquérito para a apuração dos valores gastos com o evento. O coordenador da pré-campanha de Boulos,

Josué Rocha, afirmou, em nota, que “Ricardo Nunes tenta criar uma cortina de fumaça para despistar o uso de eventos oficiais da Prefeitura, realizados com dinheiro público, para a promoção de sua candidatura à reeleição – como já noticiado pela imprensa”. “Ele é quem deve explicações à sociedade”, conclui.

Os também pré-candidatos Marina Helena (Novo) e Kim Kataguiri (União Brasil) anunciaram que devem ingressar com ações na Justiça contra Lula e Boulos.

PANFLETOS. Jornais pró-Boulos e anti-Nunes foram distribuídos aos presentes no Itaquero durante o evento. Uma inscrição no rodapé da última página indica que a tiragem da edição é de cem mil exemplares e que o responsável pela publicação é o diretório paulista do PSOL.

A capa do jornal também tem uma chamada elogios a Marta Suplicy, cotada para compor a chapa de Boulos como vice. Procurado, o PSOL respondeu que o conteúdo do material é informativo. ●

Evento recebeu patrocínio da Lei Rouanet e apoio da Petrobras

ANDRÉ SHALDERS
BRASILIA

O evento do dia 1º de Maio deste ano foi custeado em parte com recursos da Lei Rouanet. A produtora responsável pelo evento captou R\$ 250 mil por meio da Lei de Incentivo à Cultura, segundo dados do Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura (Salic). Trata-se de dinheiro de um doador privado, mas que é depois abatido dos im-

postos devidos por quem doou.

A produtora responsável pelo show é a Veredas Gestão Cultural, sediada no Rio. Ao cadastrar o projeto na Lei Rouanet, a produtora foi autorizada a levantar até R\$ 6,3 milhões. Mas só um “incentivador” topou financiar o 1º de Maio – uma faculdade privada de medicina sediada em Campinas (SP), a São Leopoldo Mandic.

Batizado de Festival Cultura e Direitos, o evento teve apresentações dos rappers Dexter,

Afro X e Roger Deff, além dos pagodeiros Ivo Meirelles, Arlindinho e Almirzinho. A apresentação ficou por conta de Sérgio Loroza e da MC Pamelozza.

No evento, Lula pediu votos para Guilherme Boulos (PSOL), que pretende se candidatar à Prefeitura de São Paulo. A transmissão foi feita pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e estava no canal oficial da empresa no YouTube, mas foi retirada do ar. O vídeo ainda está disponível no canal de Lula.

MINISTRO. Ao Estadão, o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, disse que a fala do presidente não afronta a lei eleitoral. A captação de recursos pela Lei Rouanet pode ser verificada no site do Ministério da Cultura. “O que ocorreu foi uma manifestação de apoio político, de menção ao cargo a ser disputado e da plataforma de governo a ser defendida, nos termos do artigo 36-A da Lei 9.504, de 1997 (a Lei das Eleições). A legislação eleitoral permite falar sobre tudo isso. A fala está enquadrada nas permissões da lei e não nas vedações. Não houve conduta eleitoral vedada”, disse Pimenta.

Além da Lei Rouanet, o festival também teve patrocínio da

Petrobras e do Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria). O Estadão procurou a Petrobras e o Sesi para comentários, mas ainda não houve resposta. Ao site Poder360, a Petro-

Defesa

Paulo Pimenta afirmou que Lula não contrariou a legislação eleitoral ao pedir votos para o deputado do PSOL.

bras confirmou ter patrocinado o evento, por meio do programa Petrobras Cultural. Disse ainda que cumpriu os requisitos jurídicos necessários. O Sesi disse ao Poder360 que “não apoia eventos políticos partidários”. ●